

Flávia Abade

Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Geraldo Romanelli

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Paternidade e paternagem em famílias patrifocais

Resumo: Famílias patrifocais, nas quais o pai reside com seus filhos sem a companhia de cônjuge ou de outros parentes, começam a surgir como mais uma modalidade de arranjo doméstico e que resulta, sobretudo, de lei recente que possibilita ao genitor a guarda da prole. Este trabalho buscou conhecer e analisar o cotidiano dessas famílias, o exercício da paternidade e da paternagem e alterações na identidade do pai. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco pais residentes em Ribeirão Preto - SP e em duas cidades próximas e a análise dos dados mostrou sua participação intensa na socialização, nos cuidados dos filhos, o orgulho por serem os principais responsáveis por eles, bem como evidencia que a paternagem é algo que pode ser aprendido, desmontando o mito de uma incompetência natural dos homens para cuidarem da prole de modo adequado.

Palavras-chave: Famílias patrifocais; paternidade; paternagem.

Introdução

Estudos diversos já demonstraram que famílias assumem diferentes formas de arranjo, de acordo com o contexto social e o momento histórico. Todavia, ao lado dessa diversidade, famílias são criadas por laços de aliança ou afinidade, provenientes de casamento civil ou de união consensual; por vínculos de descendência, entre ascendentes e descendentes e de consanguinidade entre irmãos (Eunice Ribeiro DURHAM, 1983). Além de unirem cônjuges, a relação de aliança também cria vínculos com os parentes de cada cônjuge, como sogros, tios, sobrinhos, primos e outras pessoas, configurando o que é denominado de parentela.



Esta obra está sob licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Enquanto laços de aliança podem ser desfeitos com separação conjugal ou divórcio, vínculos de descendência e consanguinidade tendem a ser permanentes. Embora estes elos, que incluem relações entre pais e filhos e entre irmãos, possam sofrer processos de distanciamento, de recusa de convivência, os vínculos de parentesco e os termos de tratamento permanecem. Pais e filhos continuam a ser denominados por esses termos mesmo quando o relacionamento entre eles torna-se distante ou inexistente.

Constituídas por laços diversos, permanentes ou não, famílias assumem configurações particulares em diferentes sociedades e em momentos históricos distintos. Estatísticas acerca de diferentes composições familiares no Brasil podem ser documentadas no último censo (IBGE, 2010). Os dados mostram que famílias nucleares compostas por pai, mãe e filhos predominam, correspondendo a 49,4% dos arranjos, enquanto as famílias ampliadas, constituídas pela incorporação de parentes ao núcleo doméstico atingem 12,6%, e as famílias recompostas, formadas por cônjuges em segunda união e com filhos de união anterior totalizam 16,3%. Por sua vez, famílias monoparentais incluem mulheres ou homens vivendo sem cônjuge, com um ou mais filhos e um desses arranjos, as famílias matrifocais, formadas por mães solteiras ou separadas que vivem com seus filhos sem a presença do pai representam 12,2% (IBGE, 2010).

Além dessas formas de arranjos, emergem as famílias monoparentais masculinas também denominadas famílias patrifocais, nas quais o pai reside com seus filhos sem a presença de cônjuge ou de outros parentes. Indicadores do Censo documentaram que em 2000 essas famílias representavam 1,5% das unidades domésticas (IBGE, 2000) e em 2010 este percentual chegou a 1,8% (IBGE, 2010).

Essas famílias vêm tendo crescimento lento, porém significativo, e introduzem outra modalidade de ordenação doméstica que constitui novo objeto de investigação, suscitando indagações teóricas acerca da paternidade e do exercício da paternagem, o que leva ao questionamento de mitos sobre a condição do pai, instigando a produção de pesquisas para se apreender diferentes dimensões desses arranjos domésticos.

A emergência dessas famílias resulta do aumento de divórcios e separações, mas o elemento mais importante é de cunho jurídico, que conferiu ao pai a possibilidade de obter a guarda dos filhos após dissolução do vínculo conjugal. A carência de pesquisas sobre essas famílias demanda estudos para se compreender como os pais vivem a relação com os filhos, o que constitui o objetivo deste trabalho.

Estudar as relações familiares implica em refletir sobre as mudanças na organização da vida doméstica, decorrentes das transformações das relações de gênero, que incidiram sobre a tradicional divisão sexual do trabalho. Pesquisas já evidenciaram que a divisão sexual das tarefas domésticas, que imputa às mães a maternagem, isto é, os cuidados com os filhos, além de outras tarefas domésticas, tem sido questionada e reformulada, sobretudo nas camadas médias (Geraldo ROMANELLI, 1995; Zuleica Lopes Cavalcanti OLIVEIRA, 2005; Maria Cristina Aranha BRUSCHINI; Arlene Martinez RICOLDI, 2012). Ao mesmo tempo, a literatura científica aponta que os afazeres domésticos ainda são exercidos fundamentalmente pelas esposas, por mães e filhas, e por parentes do sexo feminino, especialmente avós e, subsidiariamente, por vizinhas (Cynthia Andersen SARTI, 1996; ROMANELLI; Neuzeli Maria de Almeida BEZERRA, 1999, BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Em estudo realizado com mães trabalhadoras de baixa renda (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009) analisaram a difícil tarefa de conciliar trabalho extradoméstico e tarefas familiares e identificaram a pequena participação dos cônjuges do sexo masculino nesses afazeres. Além disso, as autoras constataram o auxílio de outras mulheres, avós ou tias, nos cuidados com os filhos quando as mães trabalham fora. Tal estratégia foi apontada como de suma importância para as famílias de baixa renda, já que nem sempre encontram vagas em

creches públicas e, quando há, em geral estas não são adequadas à carga horária de trabalho das mães. Muitas delas revelam não gostar de deixar seus filhos com estranhos, preferindo solicitar ajuda de algum parente.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 (IBGE, 2010) aponta que as mulheres despendem, em média, 26 horas semanais realizando afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam aproximadamente 10 horas a essas atividades. Além da jornada no mercado de trabalho, 90% das mulheres que dele participam ainda realizam tarefas domésticas. Entre os homens no mercado de trabalho, essa proporção é inferior, 49,7%, e sua participação nessas tarefas tem caráter periférico, representando um auxílio ao trabalho feminino. Os homens assumem esses afazeres conforme sua competência e disponibilidade de tempo em relação ao trabalho produtivo que realizam, de tal modo que sua participação é maior quando eles se encontram na condição de desocupados (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012).

Dados de pesquisas de Inês Hennigen, Neuza Maria de Fátima Guareschi, (2002) e Vânia Bustamante e Leny A. Bomfim Trad (2005) e os artigos reunidos na coletânea organizada por Margareth Arilha, Sandra G. Unbehahn Ridenti e Benedito Medrado (1998) revelam que mudanças na divisão sexual do trabalho e na participação do pai nos cuidados com filhos ocorrem de forma limitada, o que dificulta a concretização da igualdade de gênero na vida doméstica, pois as mulheres continuam a realizar a maior parte das atividades relacionadas à reprodução física e social da família.

Os cuidados com os filhos, traduzidos na provisão de suas necessidades materiais e afetivas, vêm sendo realizados prioritariamente pela mãe, o que configura a maternagem. Certamente, o pai também pode dedicar-se à paternagem, isto é, a suprir as necessidades físicas e emocionais dos filhos, o que inclui cuidados com alimentação, higiene, saúde, amparo e doação de afeto.

Como documentado em alguns estudos (DURHAM, 1983; Elizabeth BADINTER, 1985; Claudia FONSECA, 2002) a maternagem não se ancora em um suposto instinto materno, naturalmente fundado, mas resulta de aprendizado socialmente construído e é orientada por normas culturais, mutáveis e flexíveis conforme determinados contextos históricos. Por isso, os homens também podem aprender a paternar, embora representações do senso comum, difundidas pelas escolas, pela mídia, por religiões e incorporadas por mães e pais atribuam ao pai a ausência de habilidades para cuidar da prole.

A literatura científica aponta que a relação entre pai e filho é permeada por diversos fatores, dentre eles, o papel mediador da mãe; a relação que o genitor tem com a mãe de seus filhos interfere na manifestação do afeto paterno e, na maioria dos casos, essa manifestação é mais visível quando a mãe é companheira do pai (FONSECA, 2004).

Nos vários arranjos familiares, mas especialmente nas famílias patrifocais, as atribuições paternas ganham novo desenho. Nessas famílias, a ausência da mãe leva o pai a exercer a paternagem e propicia maior aproximação afetiva entre ele e os filhos. Embora estudos tenham abordado a importância paterna no processo de socialização dos filhos (RIDENTI, 1998; ROMANELLI, 1995; FONSECA, 2004) há poucas pesquisas sobre a convivência do pai com os filhos nas famílias patrifocais brasileiras.

A importância do envolvimento paterno e da paternagem no desenvolvimento cognitivo, no rendimento escolar e na saúde mental infantil foi documentada através de pesquisa realizada em escala global em mais de 30 países, patrocinada pela *Men Care*, organização que visa promover políticas públicas destinadas a incentivar cuidados paternos, prevenir a violência contra crianças e mulheres, promover a igualdade entre os sexos e a paternidade responsável (Ruti LEVTOV et al. 2015).

Em função dessas considerações, este trabalho¹ objetivou conhecer e analisar o cotidiano de famílias patrifocais, o exercício da paternidade e da paternagem e alterações na identidade do que será designado como homem-pai, já que o foco da pesquisa é apreender e analisar o modo como esse sujeito vivencia as relações com os filhos.

A identidade masculina e a condição paterna

Para se analisar a posição paterna, é necessário acrescentar a dimensão da masculinidade, cujo significado tem sido objeto de debates. Desde o trabalho de Robert William Connell (1996) que colocou em pauta a masculinidade hegemônica, o conceito de masculinidade foi retomado em artigo de Connell e James W. Messerchmidt (2013) e questionado por outros autores (Victor SEIDLER, 2005; OLIVEIRA, 2005; May-Lin WANG; Bernardo JABLONSKI; Andréa Seixas MAGALHÃES, 2006; Marco Antonio SEPARAVICH; Ana Maria CANESQUI, 2013).

Sem pretender resolver os impasses em torno do conceito de masculinidade, esta será considerada a partir de certo consenso, isto é, como construção social que postula que os homens devem ser fortes, ativos, competitivos, provedores financeiros da família. De modo geral, essa construção social da masculinidade constitui uma representação dominante e tende a ser incorporada, no todo ou parcialmente, por mulheres e homens (MEDRADO, 1998; OLIVEIRA, 2005; SEPARAVICH; CANESQUI, 2013).

Não obstante, Juracy Figueiras Toneli, Adriano Beiras, Alex Simon Lodetti, Danieli de Lucca, Marcela de Andrade Gomes, Suzana Almeida Araújo (2006) argumentam que, mesmo em sociedades relativamente homogêneas, convivem diferentes concepções e práticas de masculinidade e de paternidade. Essas representações são, portanto, flexíveis, variam historicamente e ainda adquirem significados específicos conforme se referem a homens de diferentes classes sociais, etnias e cor (SEIDLER, 2005).

Em outra linha de reflexão acerca dos atributos masculinos, Anthony Giddens (1993) argumenta como uma descrição simplista por parte da literatura tende a atribuir aos homens a incapacidade de expressar sentimentos, como se eles não entrassem em contato com suas emoções. Nesse contexto, valoriza-se a objetividade e a racionalidade em oposição à expressão das emoções e sentimentos que seriam próprios das mulheres.

Como o sexo masculino tem sido historicamente detentor do poder, o desenvolvimento de relações interpessoais igualitárias por homens, que proporcionariam relacionamentos íntimos, pode ser difícil de ser vivenciado em algumas situações. A intimidade implica em relações democráticas na esfera pessoal, o que precisa ser buscado e praticado por homens e mulheres em seus relacionamentos, dadas as diferenças psicológicas e sociais existentes entre os sexos. Sendo assim, a limitação atribuída aos homens em relação ao estabelecimento de relações íntimas não pode ser considerada imutável, mas depende do modo de comportamento de homens e mulheres (GIDDENS, 1993).

A construção da masculinidade não é algo isolado, mas tem caráter relacional e ocorre na relação socialmente vivida entre homens e mulheres, que são mães, namoradas, esposas e coautoras desse processo de constituição de atributos masculinos.

O movimento feminista propiciou debate intenso sobre a questão de gênero, isto é, das características socialmente atribuídas a cada sexo e permeadas por relações de poder (Joan SCOTT, 1995). Transformações sociais e econômicas, sobretudo aquelas derivadas do ingresso de mão de obra feminina no mercado de trabalho, resultaram em

¹Este trabalho teve origem na dissertação de mestrado de Flávia Abade, intitulada *Famílias patrifocais: paternagem e socialização dos filhos*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, em 2014.

maior independência e autonomia da mulher e também alteraram sua posição na família, inclusive na condição materna. A grande quantidade de estudos sobre a condição de gênero das mulheres não foi acompanhada pelo mesmo número de pesquisas sobre a posição social dos homens na família, particularmente quanto ao exercício da paternagem.

Como as características de cada gênero são construídas socialmente, o mesmo ocorre com a condição de pai e com a paternagem. A paternidade não é apenas reprodução ou filiação biológica entre o pai e seus filhos, mas é construída nas relações entre eles, é culturalmente definida e engloba igualmente a dimensão afetiva.

O exercício da paternidade é algo em processo, em constante fluxo nas relações cotidianas entre pai e filhos e assume formas específicas em cada sociedade. Como analisou Bronislaw Malinowski (1982), a paternidade biológica e os cuidados com filhos são orientados a partir de um conjunto de regras e representações culturais criadas em contextos sociais específicos e não constituem um atributo natural.

Nessa sequência da análise é oportuno considerar a distinção que os antropólogos estabeleceram entre *genitor*, pai biológico, e *pater*, pai social (Alfred Reginald RADCLIFFE-BROWN, 1970). Essa distinção foi documentada em alguns estudos (ROMANELLI, 2003; FONSECA, 2004; Felipe WATARAI, 2010) que explicitaram que a posição de pai é socialmente criada no relacionamento dele com filhos e que essa condição não depende unicamente da paternidade biológica. O sentimento paterno tem caráter eminentemente social, pois passa pela relação que o homem tem com a mãe da criança (FONSECA, 2004).

Pesquisa de Felipe Watari (2010) com padrastos e enteados mostra como, em algumas famílias recompostas, o vínculo parental pode ser construído por um homem que não é pai biológico do filho que cria e com quem pode manter um relacionamento afetivo e próximo. A essas considerações, devem ser acrescentadas as análises de Janet Carsten (2004) que discutem como sentimentos afetivos, de proximidade e de solidariedade são socialmente construídos e como estão articulados às condições sociais específicas vividas entre sujeitos. Tornar-se pai biológico não implica em assumir a paternidade social de alguém, sendo que o inverso também é verdadeiro.

Além das dimensões biológica e social, há que se considerar ainda a determinação da paternidade pela norma legal, isto é, pela interferência do Estado no âmbito familiar.

É relativamente comum que muitos filhos de famílias pobres não tenham o nome do pai na certidão de nascimento. O Censo Escolar de 2011 realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) identificou mais de 5 milhões de alunos no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento, o que justificou a implantação do “Programa Pai Presente” pela Corregedoria Nacional de Justiça, visando mudar esta realidade (Conselho Nacional de Justiça, 2015). A ausência de filiação paterna nos registros de milhares de crianças brasileiras constitui uma herança social e cultural, pois durante muitos anos o reconhecimento legal dos filhos foi condicionado ao matrimônio.

O termo filho legítimo era utilizado para designar filhos havidos no casamento enquanto filho ilegítimo indicava aqueles que não eram fruto de casamento legalizado. Somente a partir de 1988 a paternidade passou a ser compreendida para além do casamento, tornando-se inadequado o uso dos termos filhos legítimos e ilegítimos (Leila Maria Torraca de BRITO, 2008).

A interferência do Estado na família também pode ser ilustrada pelas políticas públicas que procuram garantir à população masculina entre 20 e 59 anos seu direito à saúde, respeitando aspectos socioculturais e questionando os estereótipos relacionados à masculinidade como o papel de provedor e a invulnerabilidade a doenças que dificultam a procura por tratamento, prevenção e autocuidado com a saúde por parte dos homens. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Tal política inclui a atenção à saúde sexual e reprodutiva masculina, com enfoque na paternidade responsável e no direito dos homens à participação no planejamento reprodutivo. A paternidade não deve ser vista apenas do ponto de vista da obrigação legal, mas, sobretudo, como um direito do homem de participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da socialização, da paternagem e da educação formal da criança.

Essa mesma preocupação com a saúde masculina está presente no relatório da *MenCare* (LEVTOV et al., 2015) e tem o propósito de oferecer diretrizes para políticas públicas. Tanto no plano nacional quanto no internacional, nota-se o interesse de instituições públicas de incluírem em suas agendas ações voltadas para conhecer diferentes dimensões da experiência masculina para atuar sobre o exercício da paternidade e da paternagem.

Apesar das inovações nas políticas públicas e dos avanços das análises sobre paternidade, nota-se que esta ainda permanece presa a estereótipos estando quase sempre associada à provisão material da família. Nessa representação reproduzida nas famílias, nas escolas, na mídia, o pai fica encarregado de fornecer suporte financeiro para o sustento da família, enquanto a mãe dedica-se aos afazeres domésticos e fornece apoio emocional para marido e filhos (RIDENTI, 1998; MEDRADO, 1998; SARTI, 2010). Essa divisão sexual do trabalho ainda tende a predominar embora pesquisas já tenham constatado a importância e a atuação do pai na paternagem e na socialização dos filhos (Jorge Luiz Cardoso Lyra da FONSECA, 1997; Cristina DANTAS; Bernardo JABLONSKI; Terezinha FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Analisando a posição masculina em famílias matrifocais de baixa renda, Russel Parry Scott (1990) argumenta que o homem, acima de tudo, valoriza que sua família esteja 'sob controle' e, para tanto, assume a função de chefe de família. Garantir a provisão material é uma das maneiras de exercer o controle da família e o homem é capaz de suportar certas condições adversas para manter o grupo doméstico e tornar-se 'bom provedor'. A atuação do pai tende a ficar limitada a sua condição de provedor e outras facetas de sua conduta nas relações domésticas, inclusive no plano da expressão dos afetos, são colocadas em segundo plano, como se não existissem.

Não obstante tais avaliações negativas sobre a dimensão afetiva e cuidadora do pai, Ridenti (1998) aponta um crescente interesse dos homens na criação e socialização dos filhos, que indica a construção de uma nova forma de vivenciar a paternidade.

Em seu estudo sobre a representação de paternidade veiculada pela mídia, Henning (2010) observou que, atualmente, a subjetividade masculina incorpora a identidade de provedor e a de pai: trabalhar e ser um pai presente. A autora atribui tais mudanças à difusão de propostas do movimento feminista e às teorias psicológicas que repercutiram sobre o papel do pai, que se sentiu mobilizado a participar mais ativamente da criação dos filhos. Sendo assim, a paternidade parece estar ganhando novos sentidos e o que se observa é que os homens têm buscado transformar os estereótipos do pai tradicional, possibilitando o exercício de formas de paternagem mais amorosas.

Metodologia

A coleta, observação e interpretação dos dados são de caráter qualitativo e procuraram apreender, mediante comparação e contraste, o modo como cinco pais de famílias residentes em Ribeirão Preto-SP e em duas cidades próximas exercem a paternidade e a paternagem dos filhos.

Como o número de sujeitos é reduzido, não se tem a pretensão de produzir resultados e análises generalizáveis para o exercício da paternidade e da paternagem, mas busca-se apreendê-la em caráter exploratório, já que há poucos estudos sobre o tema.

Os dados foram coletados através de entrevistas gravadas e transcritas na íntegra e seguiram roteiro semiestruturado. Inicialmente foi realizada uma entrevista pré-teste que possibilitou reformulações do roteiro adequando-o às finalidades da pesquisa.

A localização dos participantes se deu através de relações pessoais conforme o método bola de neve, mediante o qual pessoas conhecidas indicaram homens vivendo em famílias patrifocais. Após consulta aos sujeitos indicados e aceitação deles em participar da pesquisa era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando-se a assinatura e explicando que seus nomes não seriam divulgados. Para assegurar o anonimato dos entrevistados e de seus filhos, todos os nomes mencionados no trabalho são fictícios. A coleta de dados somente foi realizada após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

Descrição dos pais entrevistados

Abaixo são apresentados de modo sintético os principais atributos dos entrevistados, cujos rendimentos oscilaram entre um e meio e nove salários mínimos².

Três deles moram em Ribeirão Preto e João Carlos e Maurício residem em cidades próximas.

Como os sujeitos foram selecionados a partir da condição de homem-pai, utilizaram-se categorias descritivas de estratificação social fundadas em renda, ocupação e escolaridade para incluí-los em determinado estrato social. Assim um dos pais, João Carlos, é considerado integrante de um segmento das camadas populares e os demais são incluídos em um segmento das camadas médias.

- Antônio, 35 anos, negro, católico, ensino superior incompleto, contador autônomo, uma filha de 11 anos, fruto de união consensual que reside com ele desde a separação ocorrida há oito anos.

- Marcos, 45 anos, branco, sem religião, ensino médio completo, funcionário público, quatro filhas de casamento civil que foram morar com ele após a separação. Atualmente reside com as filhas gêmeas de 17 anos e a mais velha de 21 anos. Outra filha de 19 anos casou-se e não mora com ele.

- Fernando, 44 anos, branco, daimista, (adepto à religião do Santo Daime), ensino médio completo, fotógrafo, autônomo, três filhos de união consensual que permaneceram com ele após a separação. Atualmente, reside com o filho caçula de 17 anos e com o de 21 anos. A filha mais velha, 23 anos, mora com o companheiro e tem dois filhos.

- João Carlos, 43 anos, branco, evangélico, estudou até o quarto ano do ensino fundamental, borracheiro, autônomo, três filhos frutos de união consensual seguida de casamento civil após 14 anos de convivência. O filho caçula de seis anos reside com ele e os mais velhos, um de 19 e uma filha de 14 anos residem com as tias maternas.

- Maurício, 35 anos, branco, católico, ensino médio completo, repositor de mercadorias em supermercado, união consensual seguida de casamento civil. Três filhos permaneceram residindo com ele após a separação, sendo um filho de 11 anos e duas filhas de 14 e 15 anos.

Paternidade e paternagem em famílias patrifocais

Os cinco pais entrevistados apresentaram motivos diversos para assumirem a guarda dos filhos. Alguns relataram que isto ocorreu por inadequação de cuidados das mães, o

² Em 2012, época das entrevistas, o valor do salário mínimo era de R\$ 622,00.

que já observavam antes da separação. Outros discorreram sobre a preocupação e falta de confiança nos padrastos com quem os filhos poderiam vir a residir caso a ex-esposa/companheira contraísse nova união e também mencionaram o desejo expresso pelos filhos de morarem com eles, acrescentando o amor que sentiam pelos filhos o que os fez reivindicar a guarda deles.

Todos afirmaram que já ajudavam a cuidar dos filhos antes da separação, mas eram as mães as principais responsáveis por esta tarefa, com exceção de Antonio que relatou cuidar mais da filha do que a mãe. Estes pais já vivem com os filhos sem a presença da mãe há um tempo considerável, variando entre um ano e meio e doze anos, com média de sete anos e na maioria dos casos a convivência dos filhos com a mãe diminuiu após passarem a morar com o pai. Apenas Fernando afirmou que não houve afastamento da mãe em relação aos filhos, mas nota menor aproximação afetiva entre eles e a genitora, o que, segundo ele, deve ocasionar sofrimento a ela.

Em relação ao cotidiano, os pais relataram que a rotina inclui trabalhar, levar os filhos à escola, ao médico, ao dentista e cuidar das atividades domésticas. Em relação aos cuidados com alimentação, vestuário e limpeza da casa, esses pais realizam a maior parte das tarefas e se preocupam em preparar tanto os filhos quanto as filhas para também as realizarem e, quando podem, pagam por esses serviços, comprando comida pronta, levando a roupa à lavanderia ou contratando uma faxineira.

Embora os pais sejam os principais cuidadores e responsáveis pelos filhos, todos afirmaram que recebem ajuda de mulheres com as quais têm vínculos de parentesco, como mãe, irmãs e tias e inclusive suas filhas, que cuidam dos irmãos menores. Importante frisar que essa forma de auxílio é oferecida ao pai por mulheres às quais está ligado por vínculos consanguíneos.

Tem a minha irmã. Então, eles [os filhos] ficam um pouco com a minha irmã enquanto eu tô trabalhando. A minha irmã ajuda a olhar até eu chegar do serviço. (Maurício, 35 anos, ensino médio completo).

Tem uma irmã minha que sabe, sempre, duas irmãs que me ajudam a cuidar. Minha mãe. Entendeu? Ajuda a oiá (sic). (João Carlos, 43 anos, ensino fundamental incompleto).

Ao afirmarem que as mulheres integrantes da parentela ajudam nos cuidados com os filhos, os pais repõem de modo diverso e em duas dimensões, a tradicional divisão sexual do trabalho. Segundo o que diversas pesquisas já demonstraram (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009, 2012; SARTI, 1996, 2010) as mulheres, e também seus companheiros, afirmam que estes ajudam nos afazeres domésticos, mas a maior parte dessas tarefas ainda cabe às esposas/companheiras.

Em primeiro lugar, os pais usam praticamente os mesmos argumentos femininos e masculinos sobre a divisão sexual do trabalho, invertendo os termos, já que cabe a eles a execução da maior parte dos afazeres domésticos, inclusive os cuidados com os filhos. Em segundo lugar, essa inversão aponta uma diferença quanto aos vínculos de parentesco envolvidos na prestação de auxílio nas tarefas domésticas. De modo geral, os homens ajudam suas esposas enquanto maridos ou companheiros e o vínculo com elas resulta de casamento civil ou de união consensual, constituindo um laço de parentesco de aliança ou afinidade. Já os pais entrevistados contam com ajuda de mulheres com as quais têm elos de parentesco que não são de aliança, mas de descendência, caso de mães, avós ou filhas, ou de consanguinidade, como ocorre com o auxílio de suas irmãs.

Se o laço conjugal é efêmero e termina com a separação, as relações fundadas na descendência e na consanguinidade não sofrem ruptura com a separação do casal, embora também possam ser rompidas por outros motivos, gerando afastamentos que afetam

o relacionamento entre esses parentes, tanto do ponto de vista social, como na prestação de diversos tipos de amparo, quanto no plano psicológico e afetivo.

Qualquer que seja o elo de parentesco, a ajuda feminina prestada a esses pais concretiza-se em uma rede de amparo e solidariedade já analisada em famílias de camadas populares, como mostram os trabalhos de vários autores (SARTI, 1996, 2010; FONSECA, 2002, 2005; ROMANELLI; BEZERRA, 1999).

Importante enfatizar que esses trabalhos mostram a ajuda prestada por mulheres a outras mulheres e pode ser ampliado no caso em estudo, que mostra como mulheres ajudam seus parentes do sexo masculino, o que também tem sido documentado por Fonseca (2002, 2005).

Entretanto, é conveniente ressaltar que essas modalidades de auxílio, sobretudo os cuidados com crianças, tendem a ser avaliados por mulheres e homens por um prisma naturalizante, como se fosse próprio e inerente ao sexo feminino prestar tal tipo de ajuda. Tais avaliações contribuem, mesmo que de modo elíptico, para colocar os homens, e o pai em particular, na mesma esfera naturalizante, já que eles tendem a ser considerados como naturalmente incapazes de cuidarem adequadamente dos filhos, ou seja, de exercerem a paternagem.

Por outro lado, pesquisas sobre família têm mostrado a importância de outras pessoas na maternagem e na socialização dos filhos. Famílias de camadas médias dispõem de recursos financeiros e contam com a ajuda de profissionais como babás e empregadas domésticas e podem contar com creches e escolas infantis, sobretudo particulares (ROMANELLI, 2003) e ainda recorrem ao auxílio de membros da parentela, em especial as avós (Dulce Gomes NUNES; Lucia Regina Goulart VILARINHO, 2001). Nessas famílias, os cuidados de terceiros com filhos tanto são mobilizados por relação contratual e remunerada, quanto são acionados através de laços de parentesco.

Já as famílias de baixa renda, com rendimentos precários, não dispõem de recursos para pagar pelo serviço de profissionais nos cuidados com filhos. Nesses casos, mobilizam a rede de parentes, de amigos e vizinhos que contribuem para cuidar dos filhos enquanto as mães exercem trabalho remunerado.

Desse modo, tanto em famílias de camadas médias quanto nas de camadas populares, os cuidados com filhos e sua socialização não são exercidos apenas pelas mães, mesmo quando elas têm marido/companheiro permanente. Em boa parte dos casos as mães contam com o suporte de outras pessoas e o mesmo ocorre com os pais entrevistados.

Marcos e Maurício disseram que conciliar trabalho e cuidado com os filhos torna o dia-a-dia 'corrido' e à medida que os filhos crescem a sobrecarga diminui, como no caso de Marcos cujas filhas são adolescentes. Em estudo sobre as mudanças nas famílias após o divórcio, Brito (2008) constatou que tanto os pais quanto as mães que têm a guarda dos filhos queixam-se de sobrecarga, podendo-se assim supor que nas famílias monoparentais, tanto nas masculinas quanto nas femininas, as responsabilidades dos guardiões são maiores do que naquelas nas quais ambos os genitores moram com os filhos.

A análise dos dados permite perceber que a responsabilidade dos pais guardiões é maior, pois não contam com a ajuda das mães dos filhos nas tarefas do dia-a-dia. Mesmo quando as mulheres da parentela do pai prestam assistência, esta ainda é limitada a determinadas situações e não é constante no cotidiano.

No entanto, Fernando, João Carlos e Antônio não se sentem sobrecarregados e o primeiro deles citou algumas estratégias utilizadas para tornar mais prática a organização da vida doméstica buscando reduzir a sobrecarga dos afazeres. "Quem lava e passa é a máquina, né? Num costume passar muito roupa não. (...) Então, é a praticidade das coisas. A gente busca praticidade e economia". (Fernando, 44 anos, ensino médio completo).

Fernando, Maurício, Antônio e João Carlos afirmaram a grande importância de ter flexibilidade no horário de trabalho. Antônio optou por ter seu próprio negócio para conseguir conciliar trabalho e cuidados com a filha. Maurício trabalha no período da tarde para poder ficar em casa pela manhã e assim não deixar os filhos sozinhos.

Como eu te disse, hoje eu tenho o meu negócio. Então, eu tenho essa flexibilidade de horário. Eu posso sair daqui oito e meia como eu posso sair daqui às nove. Ela tem dentista. Sexta-feira ela tem dentista. Eu saio daqui oito horas. Levo no dentista, espero fazer o tratamento. Ela fazia natação, eu levava. Acabou a natação, me ligava, eu buscava e trazia em casa. Sexta-feira à tarde ela tem médico. Vai ser a mesma coisa. Vou levá-la ao médico. (...) Então, eu tenho essa flexibilidade aí que me permite ter essa tranquilidade. (Antônio, 35 anos, ensino superior incompleto).

Meu dia-a-dia atual é: eu trabalho na parte da tarde, então é das duas, das duas em diante. Na parte da manhã eu fico em casa. A mais velha estuda na parte da manhã. E a Daniela e o Valter estudam na parte da tarde. E depois eles vêm. Tem a minha irmã. Então, eles ficam um pouco com a minha irmã enquanto eu tô trabalhando. (Maurício, 35 anos, ensino médio completo).

Ainda em relação à conciliação do trabalho com as tarefas domésticas, os pais optaram por trabalhos com horários flexíveis em relação ao turno ou à distribuição da carga horária na semana, como é o caso de Marcos, que realiza turnos de doze horas intercalados com dois ou três dias de folga, e Maurício, que entra no trabalho após o meio dia, permanecendo em casa pela manhã.

Antônio, Fernando e João Carlos são trabalhadores autônomos e relataram algumas vantagens em relação ao cumprimento de horário deste tipo de atividade. Além disso, Antônio trabalha somente sete horas diárias, possibilitando maior tempo para dedicação à filha.

Nenhum dos entrevistados citou algum fato ou informação que permitisse supor que estão realizando algum investimento na carreira profissional. Ao contrário, alguns deles informaram que colocaram seu trabalho em segundo plano para conseguirem cuidar de seus filhos, como consta no relato abaixo:

Eu num podia porque trabalhava na borracharia. Que nem eu falo pra você, eu trabalhava o dia e a noite. Eu que num ia trabalhando, eu que num ia cuidar de uma criança. (...) Aí, peguei a borracharia minha e arrendei pra um amigo meu e falei olha: eu tenho assim, assim, assim, você quer cuidar da minha borracharia porque eu não posso trabalhar porque tenho que cuidar do meu menino. (João Carlos, 43 anos, ensino fundamental incompleto).

Diante disso, pode-se supor que, para estes pais, o investimento na carreira profissional ou a possibilidade de ascensão no trabalho torna-se mais difícil, pois acumulam tarefas domésticas com cuidados familiares e com a provisão de recursos financeiros. Se questões relacionadas à formação profissional e ao nível de escolaridade comprometem a ascensão profissional, o envolvimento com vários afazeres também limita melhoria nas condições profissionais e financeiras desses pais. De qualquer modo, o fato de assumirem tarefas domésticas é um fator importante na construção de suas identidades.

Esses pais parecem sentir que ocupam uma posição social diferente daquela vivida por outros homens. Além de continuarem sendo provedores do lar, dedicam mais tempo aos cuidados com a casa e com os filhos do que dedicavam antes da separação. Lavam roupa, cozinham, limpam a casa, acompanham os filhos nas tarefas escolares, levam-nos para cortar cabelo, ao médico, ao dentista, entre outras atividades. A vida desses pais possivelmente teria sido diferente se não fossem os principais responsáveis pelos filhos e

talvez tivessem mais tempo livre, melhor situação financeira e uma vida social mais intensa, com mais lazer e diversão.

Apesar de tais transformações no cotidiano doméstico e em suas identidades, os pais relatam que são vistos pelos amigos e familiares como pessoas muito corajosas, sendo admirados e elogiados por todos e que na decisão sobre a guarda receberam apoio, tanto da família quanto de amigos. Essa avaliação positiva, expressa por parte de amigos e familiares, certamente contribui para a autoestima dos pais e para sua identidade. Ao mesmo tempo em que se identificam com outros homens que também são pais, diferenciam-se deles por terem a guarda dos filhos, dos quais cuidam sem a presença das mães. Esta identidade de 'pai com a guarda', ou homem-pai, interfere na subjetividade desses pais, como por exemplo, quando se sentem orgulhosos frente à reação social positiva expressa por amigos e familiares.

Marcos chegou a receber o título de herói dos colegas de trabalho, mas recusou-se a ser assim nomeado, conforme se pode ler no trecho abaixo:

Muitos falam que eu sou herói. E eu num sou herói. Não sou e nunca me vi nessa posição. Jamais, jamais. Até muito pelo contrário, eu não gosto que me vejam dessa forma. Porém, eu me vi numa situação, entendeu, eu me vi numa situação diferenciada que eu tive que tomar a frente do ocorrido, do que tava acontecendo, entendeu? E em jogo tava minhas filha (sic), entendeu? (Marcos, 45 anos, ensino médio completo).

Mas essa avaliação elogiosa da condição de pai, publicamente enunciada, também tem um caráter ambíguo, como se nota na fala de Marcos. Sua recusa de se ver como herói - o que ele efetivamente não é - mostra seu desejo de ser um bom pai que, em função da separação, optou por cuidar das filhas. O amor que sente por elas explica sua opção pela guarda e este mesmo amor justifica o esforço e a dedicação, que assumem primazia na vida dele e que não há nada de heroico nessa situação.

Por outro lado, Marcos aponta a ambiguidade de sua situação de guardião, condição social que o diferencia dos demais pais, mas que o incomoda, pois não aprecia os comentários, embora elogiosos, feitos no ambiente de trabalho.

A necessidade de encontrar justificativas para o exercício da paternagem leva esses homens a explicarem seu empenho em assumir a guarda dos filhos a sentimentos amorosos que nutrem por eles e tende a minimizar o esforço despendido para aprenderem a paternar.

A maternagem é algo lentamente construído e aprendido mediante o processo socializador que inculca nas mulheres a necessidade de aprenderem a cuidar de crianças. Sinuosa e complexa, tal aprendizagem está inscrita não apenas na socialização familiar, mas impregna as atividades lúdicas de meninas e o manuseio de brinquedos diversos e é transmitida através de outras agências socializadoras, como escola, igrejas de variadas denominações e pelos meios de comunicação. Igualmente importante, esse processo de aprender a maternar, explicita-se particularmente nos cuidados com irmãos mais novos e também está efetivamente presente nos casos dos pais estudados, quando suas filhas ajudam a cuidar dos irmãos.

Enquanto a maternagem é lenta e gradativamente assimilada e incorporada em práticas familiares, respaldadas pelo conjunto de representações que a cercam, a paternagem não passa por esse processo. Ao contrário, paternagem e socialização dos filhos deve ser aprendida pelos homens na dureza de práticas cotidianas para as quais eles não foram habilitados nem qualificados. Embora esses homens ajudassem as esposas antes da separação, sua atuação era complementar à das mães - com exceção de Antonio - e, sobretudo, eles não eram os únicos a cuidar dos filhos e não eram e nem se consideravam responsáveis pelos diversos cuidados com a prole.

Nessa sequência, podem-se extrair duas conclusões. A primeira remete às críticas severas das mães que afirmam que seus maridos, pais de seus filhos, não têm competência para cuidar deles. Certamente, tal asserção não é totalmente infundada e ancora-se nas ações cotidianas que remetem a uma suposta incompetência masculina nessas tarefas. Mas ao invés de incorporar essa argumentação, melhor seria ponderar que não se trata de incompetência, mas da ausência de uma modalidade de competência que não foi aprendida nem incorporada pelos homens, mas que os sujeitos entrevistados lutam tenazmente para adquirir, com custos certamente elevados.

Outra conclusão que pode ser extraída reporta-se ao fato de que esses pais não perceberam o imenso esforço envolvido em suas ações de paternagem. Qualificá-los como heróis remete a uma esfera de transcendência, de poderes quase mágicos, o que torna esses homens seres excepcionais, e não o que são, homens comuns que lutam para cuidar adequadamente de seus filhos. É crucial reter tais interpretações tanto para desmontar a suposta incompetência masculina, quanto à igualmente suposta competência natural das mulheres na maternagem.

A imensa ambiguidade apontada acima está presente no depoimento de João Carlos, que diz sentir vergonha de cuidar do filho no hospital, pois ficou com ele sem a presença da mãe e era o único acompanhante do sexo masculino, além de que nesse ambiente predominam profissionais do sexo feminino.

Essas falas são muito sugestivas, porque mostram como Marcos e João Carlos ainda sentem dificuldade em assumir condutas associadas genericamente ao universo de atribuições femininas. Se ambos apontam os cuidados e as relações afetivas com os filhos no plano da vida privada, e que eles valorizam, não deixam de explicitar que na esfera da vida pública - mesmo quando são elogiados - sentem dificuldades e constrangimentos por estarem exercendo atribuições que são consideradas como sendo do universo feminino.

Do conjunto dos depoimentos depreende-se que, para os pais entrevistados, a paternidade exige doação, ou seja, dedicar-se primeiramente aos filhos para depois cuidarem de si próprios, o que faz com que eles se privem de sair com amigos, de zelarem pela própria saúde ou mesmo de ter novo relacionamento amoroso.

Apenas Antônio e Maurício relataram que namoram, mas as namoradas não moram com eles. Os demais participantes disseram que já tiveram alguns relacionamentos após a separação conjugal, mas nada que eles considerassem 'sério'. Marcos disse, inclusive, que seus relacionamentos foram 'do portão para fora', demonstrando não desejar que suas filhas se envolvessem com a pessoa com quem estava se relacionando, buscando evitar sofrimento a elas caso houvesse nova separação.

Os pais relataram que, após a separação, não tiveram vida social característica dos homens que se separaram e voltaram à 'vida de solteiro', saindo com amigos para baladas, enquanto os filhos ficavam com a mãe ou com os avós, como mostram as falas abaixo:

Porque eu cuido, deixo de cuidar de mim e cuido dos meus filho (sic). Que nem eu, você vê, eu tenho a coluna machucada, num vou, faz tempo que num tô indo mais no médico pra me tratar. Deixo pra cuidar deles. (João Carlos, 43 anos, ensino fundamental incompleto).

Se você for analisar, o que eu percebo é que os pais não querem realmente ficar com a guarda dos filhos. O pai. É muito mais cômodo você deixar com a mãe. Você tem uma vida social, começa a sair de novo. E eu fui, voltei a ter vida social quatro, cinco anos depois. Porque eu não saía, não tinha vida social nenhuma. Minha vida era de cá... eh... trabalhava o dia inteiro. Chegava em casa tinha casa pra faxinar, inteira, roupa pra lavar, roupa pra passar. Não foram poucas vezes que eu fui dormir duas, três

horas da manhã passando roupa. Pra acordar no outro dia às seis, deixar ela às sete na escolinha e ir pro escritório trabalhar de novo. (Antônio, 35 anos, ensino superior incompleto).

Essas falas, sobretudo a de Antônio, deixam claro a grande mudança na vida dos pais. Eles não apenas reduziram suas atividades de lazer com amigos, mas passaram a dedicar grande parte de seu tempo aos filhos. Um trecho da fala de Antonio é particularmente interessante: “o que eu percebo é que os pais não querem realmente ficar com a guarda dos filhos. O pai. É muito mais cômodo você deixar com a mãe”.

Esse trecho ilustra as dificuldades enfrentadas pelos pais que assumem a guarda dos filhos e a mudança radical em suas vidas e em suas identidades de gênero, o que possivelmente repercutirá nas identidades de seus filhos e filhas e, pode-se ainda supor, contribuirá para sua reinterpretação do que seja masculinidade.

Por outro lado, os pais priorizam o cuidado com seus filhos e criticam aqueles que têm a guarda e não são os principais cuidadores, deixando esta tarefa aos avós.

É pai que levou o filho para casa mas, ou seja, separaram e foi morar com a mãe. Isso pra mim é fácil também. Ou seja, a vida dele, sair, namora, trabalha e num sei o que, tal. A mãe virou... a avó. Às vezes, ele nem acorda três horas da manhã pra correr com o filho. Porque a mãe já tomou, entre aspas, já tomou posse da tutela da criança. Então, isso é fácil. Ou seja, ele tem mais condições de tocar a vida dele livremente. É diferente de você ter que ficar com os filhos e arcar com tudo (Marcos, 45 anos, ensino médio completo).

Porque, às vezes, fala assim: tem a guarda. Mas, no caso, também não cuida. Acaba ficando com quem? Com a avó. Então, isso também eu não classifico como ter a guarda. Porque pega o filho e deixa pra outros cuidarem. Que seja da família, tal. Mas eu ainda não considero. Tem mesmo a guarda quem realmente assume isso, né. Assume essa responsabilidade. (Fernando, 44 anos, ensino médio completo)

Nessas falas, Marcos e Fernando expressam claramente a importância de se diferenciarem dos pais que têm a guarda dos filhos, mas que não assumem cuidados e responsabilidades com eles. Os pais que ‘arcam com tudo’, como disse Marcos, têm uma grande responsabilidade em suas mãos, devendo tomar decisões sérias sobre a vida dos filhos, abrindo mão de desejos e sonhos e, muitas vezes, limitando suas próprias vidas.

Após separação conjugal, é mais comum os filhos ficarem sob a guarda da mãe, cabendo ao pai pagar pensão alimentícia. Assim, nos casos analisados caberia à mãe, ao menos virtualmente, prover pensão alimentícia aos filhos. Todavia, solicitar pensão é problemático para os pais já ele é, ou deve ser, o provedor financeiro, pois “A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva” (SARTI 1996, p. 46).

Tal situação, documentada em pesquisas de Ridenti (1998), Medrado (1998), Sarti (1996, 2010) pode ser ilustrada por famílias nas quais o pai e a mãe exercem atividade remunerada e, embora o pai não seja o único ou o principal provedor, no plano das representações ele é assim considerado, confirmando que a condição paterna ainda permanece aprisionada a estereótipos, limitando a atuação do genitor à função de provedor o que lhe assegura o exercício da autoridade na família.

Desse modo, a função de provedor marca a identidade masculina. Ser trabalhador, produtivo e sustentar a família são maneiras tradicionais de exercer a masculinidade e a paternidade de forma satisfatória e aceitável socialmente, enquanto a dependência e a fragilidade são comportamentos comumente desaprovados em um homem. Tudo isso incide

no modo de ser e sentir desses pais, que mesmo ocupando novos espaços na família, carregam marcas do modelo de masculinidade e dos princípios da tradicional divisão sexual do trabalho. Ainda parece difícil para homens e mulheres conceber a possibilidade de um pai não provedor de sua família, mesmo que esta situação seja cada vez mais frequente nas atuais organizações familiares (TONELI, LODETTI, LUCCA, GOMES, ARAÚJO, 2006).

Por isso, solicitar pensão alimentícia seria um elemento indicador da dependência masculina em relação à mulher, mãe dos filhos. Nos casos dos pais, nenhum deles solicitou pensão alimentícia. Antônio foi o único que pensou em pedi-la, mas voltou atrás porque percebeu que a filha estava incomodada com essa situação.

Esses homens que se dedicam à paternagem, arcando praticamente sozinhos com os cuidados com os filhos, colocando suas necessidades de lazer e de relacionamentos amorosos em segundo plano, configuram um novo estatuto, o de homem-pai, que combina, de modo ambíguo, posturas inovadoras no exercício da paternidade com elementos convencionais da representação da masculinidade. Esse estatuto de homem-pai cria novas formas de identidade paterna e pesquisas poderão contribuir para aprofundar o modo como modalidades alternativas de paternidade e paternagem são vividas em famílias patrifocais e para ampliar a análise da masculinidade em um contexto social e familiar de mudanças.

É necessário considerar ainda o horário de trabalho flexível desses pais e que possibilita dedicarem maior atenção e tempo de cuidados aos filhos. Todavia, é preciso deixar claro que essa flexibilidade no tempo do exercício profissional resultou do esforço e do empenho desses homens enquanto trabalhadores, quer seja como autônomos ou assalariados, para poderem dispor de mais tempo para ficarem com os filhos. Trata-se, portanto, de uma escolha e de uma conquista desses pais visando o bem estar dos filhos e que pode ter trazido perdas financeiras, mas que não foram enunciadas por eles. De todo modo, essa dimensão da vida laboral em sua relação com a paternagem é um dado relevante e que poderá ser objeto de novas investigações.

Considerações finais

A análise dos dados coletados buscou conhecer alguns aspectos do cotidiano das famílias patrifocais, para identificar aspectos sociais e subjetivos que influenciam a identidade do homem-pai inserido em um contexto familiar específico e pouco conhecido. Através da análise das entrevistas, foi possível perceber alguns aspectos relevantes a respeito da organização doméstica dessas famílias que, apesar de não poderem ser generalizados, contribuem para se conhecer o modo como esses pais exercitam a paternagem, mesmo tendo como referência alguns poucos casos.

Nessas famílias, os homens-pais participam de forma intensa da vida doméstica, seja nas tarefas cotidianas relacionadas à educação e saúde dos filhos e com a alimentação e vestuário deles, seja na questão de doação de afeto. Foi possível compreender que reproduzem a maneira feminina de cuidar dos filhos e da casa no que se refere à solicitação de auxílio de outras pessoas ou de alguns serviços para cumprirem tarefas rotineiras.

Outro aspecto que merece destaque é a percepção desses homens-pais. Ao mesmo tempo em que se sentem orgulhosos por serem os principais responsáveis por seus filhos após o fim do relacionamento conjugal, sentem-se, em alguns momentos, incomodados com esta situação e como as mudanças acerca da ocupação de um espaço classificado como feminino ainda gera estranhamento social e desconforto dos pais.

Cabe refletir o quanto algumas atitudes masculinas que retratam o envolvimento e a participação dos pais nos cuidados com os filhos parecem ser muito bem aceitas socialmente. Passear com os filhos sem a presença da mãe tende a ser considerado comum, enquanto

outras atitudes, como acompanhá-los durante tratamento médico, condição que exige cuidados intensivos e muita dedicação devido ao momento de fragilidade física e emocional da criança, sem a presença da mãe, permanecem conectadas ao suposto instinto materno e resistem às transformações sociais direcionadas à igualdade das relações de gênero.

A criação de políticas públicas voltadas para as questões de gênero faz-se importante e, nesse sentido, a política de saúde brasileira mostra-se inovadora ao procurar assegurar a participação do pai em todo o processo reprodutivo, desde o planejamento até a concepção, incluindo ainda seu envolvimento na paternagem e na educação dos filhos, e pode contribuir para a transformação das relações de gênero.

A identidade de provedor financeiro da família pareceu estar bastante presente entre os pais e revela a permanência de valores próprios da organização familiar tradicional. Tal situação demonstra, mais uma vez, o quão difícil é alcançar a igualdade de gênero e romper com a tradicional divisão sexual do trabalho, mesmo entre aqueles que preenchem espaços raramente ocupados pela maioria dos homens.

De qualquer modo, é interessante perceber as transformações na organização doméstica presentes nas famílias patrifocais, nas quais os homens-pais, entre permanências e rupturas, conservando e transformando valores, exercem a paternagem e se dedicam aos cuidados com a casa de maneira responsável e nem um pouco desastrosa, ao contrário do que muitas vezes é denunciado pelas mães e é reproduzido pelos meios de comunicação. Desmontar essas representações sobre a incapacidade masculina que depreciam as potencialidades dos homens de exercerem cuidados com os filhos é relevante para criticar princípios naturalizantes da masculinidade, da maternagem, da paternagem e das desigualdades de gênero.

Referências

- ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra Unbehaum; MEDRADO, Benedito (Orgs.). *Homens e masculinidade: Outras palavras*. São Paulo: Ecos, 1998.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado. O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRITO, Leila Maria Torraca de. "Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio". In: BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). *Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 17-47.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. "Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda". *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan/abril. 2009.
- _____. "Reverendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, jan/abril. 2012.
- BUSTAMANTE, Vânia; TRAD, Leny A. Bomfim. "Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1865-1874, nov-dez. 2005.
- CARSTEN, Janet. "The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood, and relatedness among Malays in Pulau Langkawi". In: PARKIN, Robert; STONE, Linda (Eds.). *Kinship and family: an anthropological reader*. Malden-MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 309-327.
- CONNELL, Robert William. *Gender and power*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. "Masculinidade hegemônica: repensando o conceito". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan/abril. 2013.

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Pai Presente e Certidões*. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques//arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfb7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 06/04/2016.
- DANTAS, Cristina; JABLONSKI, Bernardo; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. "Paternidade: considerações sobre a relação pai-filhos após a separação conjugal." *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004.
- DURHAM, Eunice. "Família e reprodução humana". In *Perspectivas antropológicas da mulher* 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. p. 13-44.
- FONSECA, Claudia. "Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros". *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 49-68, 2002.
- _____. "A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 3-34, 2004.
- _____. "Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica". *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.
- FONSECA, Jorge Luiz Cardoso Lyra. *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. 1997. Dissertação de Mestrado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- HENNIGEN, Inês. "Especialistas advertem: o pai é importante para o desenvolvimento infantil". *Fractal. Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 169-184, 2010.
- HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. "A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais". *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 44-68; jan./jun. 2002.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo demográfico 2000 - Nupcialidade e fecundidade - Resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Censo demográfico 2010 - Famílias e domicílios - Resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2010.
- LEVTOV, Rutiet al. *State of the World's Fathers: A MenCare Advocacy Publication*. Washington, DC: Promundo, Rutgers, Save the Children, Sonke Gender Justice, and the MenEngage Alliance, 2015.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1982.
- MEDRADO, Benedito. "Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia". In ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra Unbehau; MEDRADO, Benedito (Orgs.) *Homens e masculinidade: Outras palavras*. São Paulo: Ecos, 1998, p. 145-161.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes)*. Brasília, 2008.
- NUNES, Dulce Gomes; VILARINHO, Lucia Regina Goulart. "'Família possível' na relação escola-comunidade". *Psicologia escolar e educacional*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 21-29, 2001.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti. "A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?" In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 123-147.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. "Introduction". In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald; FORDE, Darryl (Orgs.). *African Systems of Kinship and Marriage*. London: Oxford University Press, 1970, p. 1-85.
- RIDENTI, Sandra Unbehau. "A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos." In ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra Unbehau; MEDRADO,

- Benedito (Orgs.). *Homens e masculinidade: Outras palavras*. São Paulo: Ecos, 1998, p.163-184.
- ROMANELLI, Geraldo. "Autoridade e poder na família". In CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *A família contemporânea em debate*. 1. ed. São Paulo: Educ-Cortez, 1995. p. 73-88.
- _____. "Paternidade em famílias de camadas médias". *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 79-96, 2003.
- ROMANELLI, Geraldo; BEZERRA, Neuzeli Maria de Almeida. "Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais." *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 16, p. 77-87, 1999.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. "Famílias enredadas". In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez/CEDEPE-PUC, 2010. p. 21-36.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Russel Parry. "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.73, p. 38-47, 1990.
- SEIDLER, Victor. "Identidades, famílias y poder". *La Ventana*, Mexico, v.3, n.22, p. 91-109, 2005.
- SEPARAVICH, Marco Antonio; CANESQUI, Ana Maria. "Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica". *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v.22, n.2, p.415-428, 2013.
- WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. "Identidades masculinas: limites e possibilidades". *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, 2006.
- WATARAI, Felipe. *Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias das camadas populares*. 2010. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

[Recebido em 09/10/2015,
reapresentado em 22/09/2016
e aprovado em 26/09/2017]

Paternity and Fathering in Patrifocals Families

Abstract: *Patrifocals families in which the parent resides with her children without being accompanied by spouse or other relatives, are emerging as another type of domestic arrangement, and resulting mainly from recent law that allows the parent to offspring custody. This study aimed to know and analyze the daily lives of these families, the exercise of fathering and fatherhood and changes in the identity of the man-father. Semi-structured interviews were conducted with five men / fathers living in Ribeirão Preto - SP and in two cities of this region and the data analysis showed its active participation in socialization, in child care, the pride for being the main responsible for them as well as evidence in paternity can be learned, dismantling the myth of a natural incompetence of men to take care of the proper way to offspring.*

Key-words: *Patrifocal families; Paternity; Fathering*

Flávia Abade (flaabade@gmail.com) é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e Mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – FFCLRP-USP.

Geraldo Romanelli (geromane@ffclrp.usp.br) é professor aposentado e professor sênior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Errata

Neste artigo, na primeira página, na instituição do autor Geraldo Romanelli

Onde se lia:

²Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Leia-se:

²Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(2): errata, e26201